

O lingüista e a ortografia indígena: o caso da língua Bakairi

Sérgio Meira¹

Resumo: Este artigo discute os problemas atualmente existentes no emprego da ortografia da língua Bakairi, devidos sobretudo à existência de dois dialetos com diferenças de pronúncia bastante significativas. A situação atual, bem como as soluções atualmente adotadas, são discutidas e analisadas. Na conclusão, discute-se o papel do lingüista como assessor técnico no desenvolvimento de ortografias para línguas indígenas.

Palavras-chave: Bakairi. Ortografia. Assessoria lingüística. Língua escrita. Educação indígena. Língua materna.

Introdução

A língua Bakairi, membro da família Karíb, é falada por cerca de 900 pessoas em duas áreas indígenas no estado do Mato Grosso: a Terra Indígena Bakairi, no município de Paranatinga (cerca de 700 falantes), e a Área Indígena Santana, no município de Nobres (cerca de 200 falantes). Em cada área, fala-se uma variante (ou dialeto) diferente da língua Bakairi. Embora falantes dos dois dialetos possam compreender-se sem problemas, as diferenças são bastante significativas, o que gera problemas para a definição de uma ortografia funcional. Esses problemas, bem como a sua solução, e o papel do lingüista na procura e no estabelecimento da solução, serão o tema principal deste artigo.

No que se segue, será inicialmente apresentado um resumo das principais diferenças entre o Bakairi da A.I. Bakairi (ou Bakairi Oriental) e os Bakairi da A.I. Santana (ou Bakairi Ocidental), com especial atenção às que acarretam problemas para propostas ortográficas. A seção seguinte apresentará uma breve história da ortografia Bakairi, seguida por uma discussão dos problemas observados pelo autor em suas visitas às aldeias Bakairi, bem como de suas soluções. Na seção final, tiram-se algumas conclusões acerca da importância da experiência lingüística para a resolução de problemas práticos que envolvam o uso da língua materna (educação, língua escrita etc.), importância esta com frequência negligenciada e até atacada por certas correntes de pensamento moderno.

O Bakairi ocidental e o Bakairi oriental

As duas variedades principais da língua Bakairi, o Bakairi Ocidental (da A.I. Santana) e o Bakairi Oriental (da A.I. Bakairi), são mutuamente compreensíveis: a comunicação entre falantes das duas áreas nunca é problemática (embora os falantes sempre reconheçam imediatamente o "sotaque" do seu interlocutor). As diferenças entre estas duas variedades ocorrem em todos os níveis, desde a pronúncia ("fonologia") até a gramática ("morfologia", "sintaxe") e mesmo as palavras (o "léxico"). O nível e a quantidade das diferenças entre os dois dialetos é comparável ao que existe entre as duas variedades principais da língua portuguesa, a do Brasil e a de Portugal. Como primeira ilustração do grau de diferença, vejam-se os sons distintivos ("fonemas") dos dois dialetos, listados na Tabela 1. (O acento nos dois dialetos Bakairi é fixo, sempre na penúltima sílaba, e não precisa, portanto, ser marcado.)

Tabela 1: Sons distintivos (“fonemas”) nos dialetos Bakairi.

V O G A I S		C O N S O A N T E S	
Bakairi Ocidental	Bakairi Oriental	Bakairi Ocidental	Bakairi Oriental
i	i	p	p
u	i i u	t	t
		k	k
		?	
		b	b
		d	d
		g	g
e	e	s	s
ə	ə	ʃ	ʃ
o	o	h	h
			z
			ʒ
a	a	m	m
		n	n
		ɲ	ɲ
		r	r
todas as vogais	todas as vogais	l	l
podem ser nasais:	podem ser nasais:	w	w
ã, ě, ĩ, õ, ũ, ı	ã, ě, ĩ, õ, ũ, ɔ̃, ı	j	j

Os sons na Tabela 1 estão escritos com símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA). Alguns representam sons inexistentes em português: a vogal *ə*, do Bakairi Ocidental, semelhante ao *u* do inglês *cut* ‘cortar’ ou ao *e* do francês *le* ‘o (artigo masculino)’, e a vogal *i*, dos dois dialetos, semelhante ao *ы* do russo *сыр* ‘queijo’. Ambas são vogais frequentes em línguas da família Karíb. A consoante *?*, do Bakairi Oriental, tampouco existe em português: trata-se da *oclusão glotal*, uma “parada rápida”, semelhante à que se ouve em certas interjeições (como *o-oh!* ‘problema!’, ou *en-en* ‘que bonitinho!’). Alguns símbolos representam sons que também existem em português: *ʃ* é o som do *ch* em *chá*, *ɲ* é o som do *nh* em *banho*, *ʒ* é o som do *j* em *já*, *r* é o *r* de *caro*, e *j* é o *i* em início de sílaba, como em *saia*, *meio*. O *w* e o *h* são semelhantes ao *w* eo ao *h* inglês (p.ex. *water* ‘água’, *have* ‘ter’):

A partir da Tabela 1, percebem-se as seguintes diferenças entre os dois dialetos:

- O Bakairi Oriental possui a vogal *i*, que não existe em Bakairi Ocidental;
- O Bakairi Oriental possui as consoantes *ʃ* e *z*, ausentes em Bakairi Ocidental;
- O Bakairi Ocidental possui a consoante *ʔ*, que falta em Bakairi Oriental.

Estas diferenças já levariam a divergências na escrita, já que seriam necessárias letras adicionais para os sons que existem em apenas um dos dois dialetos. Contudo, deve-se também levar em consideração o fato de que nem todas as palavras têm a mesma pronúncia nos dois dialetos: com certa freqüência, alguns sons mudam. Por exemplo, a palavra para ‘mosquito’ tem *h* em Bakairi Ocidental (*mahagə*) mas *z* em Bakairi Oriental (*mazagə*). A Tabela 2 contém exemplos das mudanças principais entre os dois dialetos.

Tabela 2. Sons que mudam entre os dois dialetos

CORRESPONDÊNCIA	BAKAIRI OCIDENTAL	BAKAIRI ORIENTAL	SIGNIFICADO
<i>h : z</i>	<i>ahagə</i>	<i>azagə</i>	dois
<i>nada : z</i>	<i>koekə</i>	<i>kozekə</i>	veado (sp.)
<i>ʔ : h</i>	<i>tuʔu</i>	<i>tuhu</i>	pedra
<i>ʔ : s</i>	<i>iməʔedo</i>	<i>iməsedo</i>	grande
<i>ʔ : ʃ</i>	<i>odaʔi</i>	<i>odaʃi</i>	para dentro
<i>s : s</i>	<i>pəsega</i>	<i>pəsega</i>	porco
<i>ʃ : ʃ</i>	<i>ʃunu</i>	<i>ʃunu</i>	borrachudo(pium)
<i>f : f</i>	<i>pimici</i>	<i>pimici</i>	formiga (sp.)
<i>f : nada</i>	<i>ʃirimukə</i>	<i>ʃimukə</i>	estrela
<i>nada : f</i>	<i>põã</i>	<i>põrã</i>	colar
<i>i : i</i>	<i>igu</i>	<i>igu</i>	gavião (sp.)
<i>i : i̇</i>	<i>egi</i>	<i>egi̇</i>	animal doméstico
<i>ə : ə</i>	<i>wəgə</i>	<i>wəgə</i>	sobre
<i>ə : i̇</i>	<i>iwə</i>	<i>iẇi</i>	montanha

A Tabela 2 deixa entrever uma situação muito curiosa. Há casos em que os dois dialetos concordam ('porco', *pəsega*, sempre com *s*), e há casos em que discordam ('grande', *iməʔedo* e *iməsedo*). Um mesmo som de um dialeto pode corresponder a sons diferentes no outro: o *i* do Bakairi Ocidental às vezes aparece como *i*, às vezes como *ɨ*, em Bakairi Oriental; igualmente, o *ə* do Bakairi Ocidental corresponde às vezes a *ə*, e às vezes a *ɨ*, em Bakairi Oriental. Tais fatos têm conseqüências para a definição de ortografias práticas, como se verá mais adiante.

A ortografia Bakairi: breve histórico e descrição

A língua Bakairi, como quase todas as línguas indígenas das Américas, só passou a ter uma forma escrita depois de contatos com os europeus. De fato, os primeiros textos escritos em língua Bakairi devem-se a Karl von den Steinen, que recolheu e transcreveu palavras e textos no fim do século XIX. Steinen dedicou um livro à língua Bakairi: *Die Bakairi-Sprache* (1892), no qual encontramos versões de mitos Bakairi, cuidadosamente transcritas na língua original e traduzidas em alemão. Tratando-se dos primeiros textos escritos em Bakairi, não havia, claro está, nenhuma norma ortográfica a seguir; Steinen utilizou símbolos tomados a vários alfabetos europeus, numa tentativa de reproduzir os sons que ouvia. Infelizmente, Steinen não foi sempre consistente, nem conseguiu sempre discernir os sons distintivos da língua, o que causou uma quantidade considerável de erros. O mesmo se pode observar também no trabalho seguinte, de Capistrano de Abreu (1895), onde se utiliza a mesma transcrição de Steinen, com os mesmos símbolos, e os mesmos problemas (confusão de sons parecidos, inconsistência

etc.). Note-se, contudo, que estas transcrições eram, antes de tudo, destinadas ao estudo da língua e da cultura Bakairi por europeus; não houve, portanto, nenhuma consequência para os próprios falantes. Estes continuaram sem escrita própria, adaptando, em caso de necessidade (ao escrever cartas, por exemplo), o que sabiam da ortografia do português, língua que dominam com razoável competência.

Só após a chegada dos missionários do SIL (*Summer Institute of Linguistics*), na década de 1960, tiveram lugar os primeiros esforços para o desenvolvimento de uma ortografia prática, como instrumento para a alfabetização dos falantes de Bakairi. As primeiras tentativas devem-se a James Wheatley, o qual trabalhou com os Bakairi Orientais. Julgando-se pelo resultado, Wheatley parece ter-se esforçado em divergir o mínimo possível da ortografia do português. Assim, para *ʃ*, *ʒ* e *ɲ*, Wheatley usou *x*, *j* e *nh*, como em português; mas, para *ɨ* e *ə*, para os quais não há letras portuguesas, Wheatley usou *y* (provavelmente seguindo ortografias de línguas Tupi, onde o som *ɨ* é freqüentemente escrito *y*) e *â*. A palavra *ʃiɾə* ‘isso, isto’ foi então escrita *xirâ*; *ɲẽdĩli* ‘ele viu’ tornou-se *nhedyly*. Para o sons *k* e *g*, Wheatley também seguiu o português, utilizando *c*, *g* diante de *a*, *o*, *u* (e também de *ə* = *â*), mas *qu*, *gu* diante de *i* e *e* (e, curiosamente, também de *ɨ* = *y*). Assim, as palavras *məkə* ‘aquele’, *igu* ‘gavião’, *əgəu* ‘cobra’, *egi*, ‘animal doméstico’, *igəkɨ* ‘música’, *keba* ‘não há’ foram escritas *mâcâ*, *igu*, *âgâu*, *eguy*, *igâquy*, *queba*. Para o *j*, Wheatley adotou, como em português, um *i*: *jeĩ* ‘minha casa’ tornou-se *iety*.

Para as vogais nasais, o português tem duas soluções: o til (como em *não*), e uma consoante nasal (*n*, *m*) após a vogal (como em *canto*, *campo* etc.). O uso do til geraria problemas tipográficos:

já que se havia adotado *â*, com circunflexo, para representar o som *ə*, a sua versão nasal (*ã*) teria de ter dois sinais: *ã̃*, o que é difícil de se conseguir (sobretudo com máquinas de escrever, o dispositivo mais avançado da época). Adotou-se, assim, a outra solução: consoantes nasais após as vogais. Seguindo-se o padrão do português, escolheu-se o *m* quando a consoante seguinte fosse *p* ou *b*, e *n* nos outros casos (*m* também em fim de palavra). Assim, *ãzi* ‘milho’, *ãgi* ‘quem?’, *kañiba* ‘lebre’, *kãrã* ‘peixe’ tornaram-se *anjí*, *ânguy*, *canram*, *calimba*.

Mais recentemente, a partir da década de 80, uma certa quantidade de materiais de alfabetização foi sendo produzida. Após Wheatley, as missionárias responsáveis foram Millicent Liccardi e Elisabeth Camp, as quais organizaram e produziram uma quantidade considerável de materiais de alfabetização; atualmente, estão envolvidas na tradução da Bíblia para o Bakairi. Algumas mudanças foram introduzidas, e alguns padrões foram-se estabelecendo (veja-se Liccardi e Camp, 1993): a letra *k* substituiu *c* e *qu* (mas *g* e *gu* continuam em uso), e algumas nasais tornaram-se opcionais, em casos em que a pronúncia também parece hesitar (p.ex. *kanram* ou *kanra* ‘peixe’; *nihugue* ou *nihungue* ‘ele caiu’ etc.). Como *nh* é usado para *ɲ*, foi preciso achar uma solução para os casos em que uma vogal nasal é seguida por *h* (p.ex. *ĩhogulĩ* ‘ele responde’); adotou-se a escrita com hífen, *n-h* (*in-hoguly*). Finalmente, introduziu-se também o uso de maiúsculas para palavras de simbolismo fonético (“onomatopéias”): p.ex. LUHU ‘barulho de andar na água’.

Hoje em dia, há muitos Bakairi Orientais que sabem ler e escrever usando o sistema descrito acima. Novos materiais, desta vez produzidos em projetos não ligados aos missionários (p.ex. o Projeto Tucum, da Secretaria de Educação do Estado do Mato

Grosso, para a capacitação de professores indígenas), utilizam este sistema. Nota-se certa tendência à variação no uso de n e m para representar a nasalização de vogais. De fato, recentemente, alguns falantes sugeriram que se use sempre n (mesmo antes de p e b ou em fim de palavra) e passaram a escrever deste modo; outros falantes, contudo, não aceitaram a sugestão e continuam com n e m. Voltaremos a esta discussão mais adiante.

Problemas na ortografia Bakairi

A situação atual da língua Bakairi é especialmente interessante porque apresenta exemplos de dois tipos bem diferentes de problemas: os que podemos chamar internos, relativos à relação entre a análise dos sons de um dialeto e a sua representação escrita, e os externos, relativos às diferenças que existem entre os dialetos e à possibilidade de se usar em um dialeto um sistema concebido para a escrita do outro. No caso Bakairi, esta diferença coincide com a divisão dialetal: o Bakairi Oriental, para o qual foi concebido um sistema ortográfico, tem alguns problemas internos, em geral de menor importância; e o Bakairi Ocidental, para o qual nunca foi proposto um sistema ortográfico próprio, padece de problemas externos bastante significativos, devido à tentativa de usar, sem adaptações, a ortografia do Bakairi Oriental. Começemos o exame por este último caso, o mais grave dos dois.

Problemas externos: a situação do Bakairi Ocidental

O autor deste artigo teve sua primeira experiência com a situação da escrita na área Bakairi Ocidental quando da sua primeira

viagem à aldeia de Santana, na Área Indígena Santana (município de Nobres, estado do Mato Grosso), em julho de 2003. Essa foi a primeira de uma série de viagens, financiadas pela iniciativa DoBeS (Documentação de Línguas Ameaçadas) da Fundação Volkswagen, com o objetivo de documentar a língua Bakairi, através da produção de textos dos mais variados tipos, providos de análise e tradução. Como este tipo de atividade (produção de textos em língua materna) se presta bem à colaboração com iniciativas e projetos na área de educação, o autor se colocou à disposição da comunidade para ajudar na produção de materiais que pudessem também ser usados para a alfabetização em língua materna na escola local. Nesta ocasião, os professores indígenas locais (André dos Santos, Jacira Rodrigues Cueni e Antonio Leocádio) expressaram a sua insatisfação com os materiais de alfabetização existentes, os quais "não servem para a fala daqui". Os professores usavam esses materiais, pois "não havia outros", mas viam-se forçados a improvisar sempre que a escrita divergisse da pronúncia local. Todos concordaram com a necessidade de corrigir os materiais existentes, e até produzir novos, escritos para a população de Santana (Bakairi Ocidental). Quando o autor mencionou a possibilidade de se fazer um dicionário da língua Bakairi, os professores se declararam contrários à idéia de um dicionário único para os dois dialetos, afirmando que "a nossa fala tem de ter dicionário só para ela". (Essa reação já tinha sido antecipada por alguns Bakairi Orientais em contatos anteriores; na ocasião, o autor tinha sido informado que "o pessoal de Santana vai querer um dicionário próprio"). Levando em conta a insatisfação manifesta dos professores, o autor se comprometeu a ajudá-los a corrigir alguns dos materiais disponíveis na viagem seguinte. Tratava-se, de fato, de uma

excelente idéia para ambas as partes: durante as correções, o autor poderia obter, com muito mais rapidez, uma visão geral das diferenças entre os dois dialetos, enquanto que os professores locais obteriam materiais mais adequados à sua realidade lingüística.

Na segunda viagem (dezembro de 2003), foi tentada inicialmente a correção de um livro de alfabetização em Bakairi (Liccardi e Camp, 1993). Contudo, a quantidade de modificações foi inesperadamente grande: logo tornou-se claro que o trabalho de correção levaria muito mais tempo do que os participantes envolvidos tinham à sua disposição. Decidiu-se, então, corrigir um livro menor, de produção recente: *Kurâ Wâgâ Agueim*, 'Para Falar de Nós, os Bakairi' (Santos et al. 2002). Este livro, com 14 textos pequenos sobre vários tópicos (animais, plantas, viagens à cidade), era um dos resultados de uma oficina de trabalho do Projeto Tucum (Pólo IV: Xavante e Bakairi), destinado à formação de professores de ensino fundamental que atuam em áreas indígenas. O objetivo do livro era servir como material de leitura para alunos recém-alfabetizados.

Já tendo percebido a extensão das diferenças entre os dois dialetos durante a primeira tentativa, inconclusa, de correção, o autor sentiu certa curiosidade sobre este novo livro. O seu objetivo era servir especificamente à população Bakairi Ocidental ("Esta publicação se refere ao grupo da área Santana", Apresentação, p.7), e os autores listados incluíam dois dos professores com os quais o autor estava trabalhando, Antonio Leocadio e André dos Santos. As suas respostas, quando perguntados sobre a confecção do livro e sobre a escrita nele utilizada, levam a crer que não houve atenção especial dada ao dialeto específico de Santana (Bakairi

Ocidental): "nós escrevíamos como parecia que devia ser... e quando tínhamos dúvidas, perguntávamos ao pessoal do Pakuenra (Bakairi Orientais), eles sabem mais sobre escrita do que a gente".

Um exemplo foi a questão da letra *y*. Como foi visto acima, o Bakairi Ocidental (de Santana) não tem o som *i*, o qual é grafado com a letra *y* em Bakairi Oriental. Não obstante, o livro *Kurâ Wâgâ Agueim* contém um bom número de *y*'s. Afirma André: "Eu não sabia quando escrever *y*; a gente sempre tinha muita dúvida. Eu perguntava para a Dna. Queridinha [uma Bakairi Oriental], que explicava." Analisando-se o livro, percebe-se que houve, de fato, uma tentativa em imitar o Bakairi Oriental no uso do *y*, sem, contudo, muito sucesso: há muita inconsistência (palavras escritas com *y* em uma página e com *i* em outra), e há também muitos *i*'s em palavras que teriam *y*'s em Bakairi Oriental.

Caso igualmente difícil foi o da oclusão glotal, *ʔ*, que, como foi visto acima, existe em Bakairi Ocidental mas não em Bakairi Oriental. Aqui, os Bakairi Orientais não podiam ajudar; o resultado foi, como seria de se esperar, muito confuso. No livro, vê-se com frequência a simples omissão da consoante; com frequência um pouco menor, aparece a letra *h*, que seria usada em Bakairi Oriental ("mas não é bom", observa André, "porque nós usamos *h* em outras palavras; nessas aqui não é *h* mesmo, é outra coisa"); e, às vezes, aparecia um acento agudo (p.ex. *tâiê*) ou até uma vírgula no meio da palavra (p.ex. *sanari,i*).

Tendo notado tais inconsistências, o autor examinou em detalhe o texto transcrito. Observou-se um número considerável de erros de redação e diagramação: ou seja, nem todos os problemas advinham das diferenças entre os dialetos. Alguns erros

novos foram introduzidos durante o processo de confecção das cartilhas. Havia, por exemplo, números no meio das palavras (“0”, zero, ao invés de “o”), letras maiúsculas no meio de frases e até de palavras, variação nos acentos (o *â*, que representa o som *ə*, foi às vezes escrito com til: *ã*) e falta de pontuação. Em contatos posteriores com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT), em Cuiabá, o autor pôde constatar que, de fato, a digitação dos textos fora deixada a cargo de funcionários da própria SEDUC, que, por não falarem a língua Bakairi, não entendiam o que estavam digitando e introduziam, conseqüentemente, novos erros. O autor, diga-se de passagem, compreende a situação da SEDUC (com a qual espera poder colaborar no futuro): verbas para a realização de projetos como o do livro em questão são às vezes liberadas inesperadamente, e com um prazo de uso relativamente curto, sem que haja tempo para se localizar falantes da língua ou dinheiro para pagar o seu transporte até Cuiabá. Confrontada com a escolha entre fazer algo depressa e não fazer nada, é humanamente compreensível que a SEDUC tenha optado por produzir o livro do modo como podia.

Infelizmente, o resultado não justificou a escolha. O livro, tal como produzido, não serve para o seu objetivo: material de leitura. As inconsistências tornam a sua leitura e interpretação muito difíceis: o número de palavras tornadas incompreensíveis é alto demais. Para dar uma idéia, a Fig. 1 reproduz uma das páginas do livro, com as correções que foram feitas a caneta durante a segunda viagem do autor a Santana.



(a)



(b)

Figura 1. (a) Versão original da p.21 do livro *Kurâ Wâgâ Agueim*.

(b) A mesma página, com correções a caneta.

Como exemplo de erro introduzido durante a digitação, observe-se o "0" (zero) na primeira linha, na palavra "Omegu".

Um meio possivelmente melhor de se avaliar a quantidade e importância dos erros é observar a frase seguinte, que traduz as primeiras duas frases no texto da p.21. Na primeira versão, reproduzem-se, tanto quanto possível, os erros do original; logo em seguida, vê-se a mesma frase, corrigida. Tentou-se reproduzir os erros de maneira paralela (por exemplo, na palavra “avós”, o sufixo de plural *-do* foi escrito como parte da palavra seguinte; na tradução “errada”, o trecho *avó scontavão* imita esse erro por meio do deslocamento do “s” de plural para o início da palavra seguinte), mas isso, claro está, nem sempre é possível; o resultado é, portanto, impressionístico. Para os especialistas interessados, reproduzem-se logo abaixo as frases originais, em Bakairi, antes e depois da correção, com as mudanças sublinhadas.

Este ê o Omacako el está cêmpre no matho el ê muito sabydo.
Puriço os noços avó scontavão muitas histórias del.

Este é o macaco, ele está sempre na mata, ele é muito sabido.
Por isso os nossos avós contavam muitas histórias sobre ele.

(original): Omegu merâ idânârâ idu odano modo takae merâ
enomegu.

Arâwâligue merâ tako domodo xunâriem, wâli.

(correção): Megu merâ idânârâ, idu odano modo, taka'e merâ
enomegu.

Arawâligue merâ takodo modo modo xunâri em awâli.

Tais erros tornam o livro, na prática, impossível de ser utilizado, como os próprios professores observaram. Há vários casos

semelhantes em outras comunidades indígenas; a quantidade de material didático com erros sérios, semelhantes aos do livro *Kurâ Wâgâ Agueim*, é infelizmente alta. O caso Bakairi torna bem clara a necessidade de tais materiais serem repensados e corrigidos para que possam atingir os seus objetivos.

Note-se que não apenas o resultado (o livro *Kurâ Wâgâ Agueim*) se revela inútil, mas a própria experiência de realizá-lo, sem atenção especializada voltada para as características próprias do Bakairi Ocidental (Santana), tem conseqüências negativas. Observa-se um certo sentimento de inferioridade nos professores de Santana, por um lado, frente aos Bakairi Orientais (que têm muito menos dúvidas no uso da escrita e parecem, portanto, "melhores"), e, por outro lado, frente à língua portuguesa, que os Bakairi Ocidentais conhecem e conseguem escrever com muito menos dúvidas. Citando, de novo, André: "O pessoal do Pakuena [Bakairi Orientais] sabe melhor do que a gente, é a escrita deles (...) a gente anda esquecendo muita palavra, aí também não sabe escrever". Ou ainda: "Em português não tem problema, a gente sabe quando é para escrever com ç ou com ss; mas na língua [Bakairi], a gente tem muita dúvida. (...) Às vezes parece que é melhor escrever só em português mesmo, que aí ninguém acha difícil."

Essas "dificuldades", contudo, puderam ser resolvidas em algumas horas de discussão entre o autor e os três professores, ainda durante a primeira tentativa de correção (inconclusa). Comparando-se as palavras Bakairi Orientais do livro de alfabetização (Liccardi e Camp, 1993) com os termos Ocidentais equivalentes que os professores forneciam, chegou-se às seguintes conclusões:

- A letra *y*, do Bakairi Oriental, não deve ser usada em Bakairi Ocidental; as palavras do Bakairi Oriental onde ela é usada correspondem, em Bakairi Ocidental, a palavras que possuem ora *â*, ora *i*.
- O som *ʔ*, do Bakairi Ocidental, não tem letra correspondente na ortografia do Bakairi Oriental; para representá-lo, sugeriu-se o uso do símbolo *'* (apóstrofo), muito usado em outras línguas indígenas brasileiras.
- As palavras com pronúncia diferente deverão ser escritas com a pronúncia local, com letras a mais ou a menos, conforme o caso (vejam-se, por exemplo, as palavras na Tabela 2). Assim, ‘colar’ se diz *põrã* em Bakairi Oriental, onde deve ser escrito *ponram*, e *põã* em Bakairi Ocidental, onde deve ser escrito *poam*.

Após estas conclusões, a correção do livro tornou-se bastante simples e foi concluída em dois dias de trabalho. Posteriormente, em Cuiabá, o autor contatou a gráfica que realizou a primeira edição do livro e produziu uma nova versão corrigida com os mesmos desenhos da versão original. Cerca de 100 cópias foram impressas e levadas de volta à aldeia de Santana em uma terceira viagem (junho de 2004). Além disso, um livro de alfabetização para crianças foi também corrigido; cinco exemplares preliminares foram impressos e enviados de volta a Santana, após o regresso do autor a Cuiabá. Os livros devem, claro está, ser avaliados e testados pelos professores; mas as primeiras reações foram muito positivas. O autor está confiante de que, no futuro, será possível realizar mais correções de materiais existentes, e até produzir materiais novos, com muito mais facilidade; ele espera poder, no âmbito do seu projeto

de documentação, ajudar os Bakairi Ocidentais de Santana a produzirem materiais escritos finalmente adaptados à sua própria realidade lingüística.

Problemas internos: a situação do Bakairi Oriental

Em comparação com as sérias dificuldades dos Bakairi Ocidentais de Santana, os Bakairi Orientais da Área Indígena Bakairi estão em muito melhor situação. O sistema desenvolvido pelos missionários do SIL é bastante bem adaptado à pronúncia local, e já foi aprendido por um bom número de falantes, que o empregam sem grandes dúvidas. Já existe, de fato, uma série de livros com textos curtos, e planejam-se novos livros e traduções. Há, contudo, alguns detalhes passíveis de crítica no sistema em uso, como veremos abaixo.

Um desses detalhes já deu origem a um problema político local: é a questão do *m* para marcar vogais nasais. Como foi visto acima, as vogais nasais do Bakairi são escritas como vogais seguidas por *n* ou *m*, *m* sendo usado antes de *p* e *b* e em fim de palavra, e *n* nos demais casos (como em português). Por exemplo: *kārã* ‘peixe’ e *kañba* ‘lebre’ se escrevem *kanram* e *kalimba*. Contudo, mais recentemente, dois professores locais passaram a sugerir que se use sempre a letra *n* (afirmando, impressionisticamente, que o *m* “é muito forte”); eles escrevem, conseqüentemente, *kanran* e *kalinba*. Isso gerou uma reação surpreendentemente forte por parte de alguns outros professores, que se recusaram a alterar o que viam como “a ortografia já registrada” de sua língua. Somando-se a isso a opcionalidade que os missionários vêm sugerindo em seus

livros mais recentes (a nasalidade é opcional em algumas sílabas começadas por *h*, p.ex. *nihugue* e *nihungue* ‘ele caiu’, e na segunda de duas vogais nasais separadas por *r*, p.ex. *kanram* e *kanra* ‘peixe’), não é difícil entender que haja uma certa tendência à dúvida na escrita de vogais nasais. A disputa entre os partidários do *m* e os do *n* parece dar uma dimensão política à questão, refletindo conflitos entre grupos locais, anteriores à discussão ortográfica. O autor, como lingüista, tende a favorecer a solução mais simples: o uso do *n* em todos os casos. Considerando-se, contudo, a disputa política, e também a existência de outros fatores (como o fato de que todos os Bakairi também aprendem a ler e escrever em português, no qual se usam o *n* e o *m* para indicar nasalidade), parece ser melhor tomar uma posição neutra, aguardando que os próprios falantes cheguem a uma conclusão sobre o que preferem.

Há, além disso, Há, além disso, alguns outros pequenos defeitos no sistema, que o autor pôde perceber em seus estudos da estrutura da língua, mas que não foram levantados e discutidos pelos próprios falantes. Um exemplo é o uso, calcado no português, de *gu* para representar o som *g* (como em *gato*) diante de *e*, *i* e *y*. Antigamente usavam-se também *c* e *qu*, atualmente já substituídos pela letra *k* em todos os casos; mas o *g* continuou a seguir o padrão português. Os falantes justificam-se, dizendo que *g* diante de *e*, *i* ou *y* “se pronuncia” como ʒ (ou seja, como *j* em *já*), o que não representaria a pronúncia da palavra; assim, “é necessário” o *u* em *auguely* (pronunciado *augelĩ*) ‘eu falo’. Esta regra, evidentemente, só é válida para a língua portuguesa: em outros idiomas, a letra *g* é freqüentemente usada para representar o som duro de *gato* mesmo diante de *e* ou *i* (vejam-se, em inglês, as palavras *get* ‘obter’, *girl* ‘menina, garota’). No caso do Bakairi, o uso do *gu* diante de *e*, *i* e

y gera o problema adicional da representação de seqüências como *gwe* ou *gwi* (com o *u* pronunciado, como em “agüentar” ou “desmilingüir”), para os quais usou-se do expediente de adicionar um trema, também como em português. Assim, *kohogwĩli* ‘vou casar-me’ se escreve *kohogüinly*. Note que o trema é usado mesmo quando o acento recai no *u* (por exemplo, quando a palavra *pogu* ‘mingau’ se combina com a partícula *ẽ* ‘como’, ‘na qualidade de’ –escrita *em* –, obtém-se *poguẽ* ‘como, parecido com mingau’, com *u* tônico; a escrita, nesses casos, é ainda *pogüem*; em português, quando o *u* tremado recebe acento, o trema é substituído pelo acento agudo: *argüir*, *ele argüi*). Para esta palavra, um dos professores sugere que se escreva um hífen: *pogu-em* (ou *pogu-en*, já que o professor em questão é um dos defensores do *n* como marcador único de nasalidade). O autor entende que todos estes problemas seriam evitados se fosse utilizada a letra *g* em todos os casos com o valor de consoante oclusiva, como em *gato*, o que permitiria que se escrevesse *gu* unicamente quando o *u* fosse realmente pronunciado (assim, ter-se-ia *augely* ‘eu falo’, com *g* duro, e *kohoguinly* ‘vou casar-me’, com *gui* = *gwi*; *poguẽ*, por sua vez, poderia ser escrito *poguem* ou *poguen*, com o *u* tônico por estar na penúltima sílaba (o acento, como foi visto acima, sempre recai sobre a penúltima sílaba em Bakairi).

O autor também se deu conta de que o dígrafo *nh*, que, como em português, representa o som *ɲ*, não é, em princípio, necessário. O som em questão é sempre o resultado da nasalização de um *j*- (pronunciado como o *y* inglês em *yes*, e escrito *i*). Assim, quando o prefixo *i*- de primeira pessoa (‘meu, minha’) é adicionado a uma raiz verbal nasal, como *ẽ* ‘ver’, obtemos um *nh*. Comparem-se os exemplos abaixo:

i- + *ewə* ‘braço’ + *-ri* ‘posse’ -> *jewəri* ‘meu braço’ (escrito *iewâry*)

i- + *ẽwākũ* + *-rũ* ‘posse’ -> *jẽwākũrũ* ‘minha piada’
 ‘piada’ (escrito *nhenwankunrun*).

Uma das conseqüências desta escolha, além de se marcar um som não distintivo (visto que previsível) como se ele o fosse, é que, como já foi visto, nos casos em que uma vogal nasal é seguida pelo som *h*, é necessário usar um expediente extra (um hífen) para impedir uma pronúncia errada; assim, *ĩhogulĩ* ‘ele responde’, é escrito *in-hoguly*. Se o *nh*, contudo, fosse sempre escrito como um *i* (o qual, em ambiente nasal, seria pronunciado *ɲ*), então não haveria problemas: a seqüência *nh* seria sempre interpretada como “vogal nasal seguida por *h*”, e poderíamos escrever *ienwankunrun* ‘minha piada’ e *inhoguly* ‘ele responde’.

Um detalhe final, Um detalhe final, semelhante ao do *nh*, diz respeito às consoantes *ʒ* (escrita *j*) e *ʃ* (escrita *x*). Assim como o *nh*, elas podem ser analisadas como sendo *z* e *s*, respectivamente, quando seguidas por *i*: *s + i = ʃi* (escrito *xi*), e *z + i = ʒi* (escrito *ji*). Seria possível propor, aqui também, que se escrevesse sempre *si* e *zi*, poupando-se, assim, duas letras; contudo, ao contrário do caso do *nh*, que permanece bem regular, nota-se, no caso do *ʃ* e do *ʒ*, uma tendência marcada a deixar cair o *i*; em certas palavras, isso é tão normal que não se pode mais considerar que o *i* está lá. Embora sejam poucas, estas palavras sugerem que talvez já não seja uma boa idéia analisar-se *ʃ* e *ʒ* como efeito de um *i* na pronúncia do *s* e do *z*, e, *a fortiori*, escrever *si* e *zi* ao invés de *xi* e *ji*.

Os problemas descritos aqui não são de grande importância. As soluções que o autor indica seriam, de fato, mais simples do que

as do sistema atualmente em uso; mas, mesmo que elas não sejam adotadas, o sistema já funciona razoavelmente bem. Tendo percebido este fato, o autor, embora não deixando de mencionar essas possibilidades aos professores Bakairi Orientais, preferiu enfatizar a idéia de que qualquer das soluções possíveis estaria “correta”. Uma decisão final ainda não foi tomada, e talvez não o seja por um bom tempo, sobretudo no que diz respeito à questão do *m* e *n*; mas o autor não vê, para este problema, muita urgência, uma vez que os Bakairi Orientais alfabetizados escrevem com facilidade e razoável consistência, e seus textos podem ser lidos por todos sem maiores dificuldades. (Note-se, por exemplo, que, no âmbito do projeto de documentação do autor, é necessária a transcrição de uma quantidade considerável de gravações em língua Bakairi. Entre os Bakairi Orientais, não foi difícil encontrar indivíduos capazes de realizá-la, e os resultados são de boa qualidade, evidenciando a destreza com que os Bakairi Orientais se servem do seu sistema ortográfico. Este não foi o caso entre os Bakairi Ocidentais, onde as transcrições progredem com muito mais dificuldade e lentidão).

Conclusão: o lingüista como assessor técnico

Como tantas questões que envolvem a relação entre indígenas e não-indígenas, a questão do desenvolvimento de ortografias práticas e tradições de escrita tem dado certa margem a polêmica. Sugere-se que a análise lingüística, como "ciência pura", não é de utilidade na resolução dos problemas práticos dos projetos de educação em língua materna; que a discussão e comparação de diferentes possibilidades em sistemas ortográficos

é uma perda de tempo. O trecho abaixo (Oliveira, 2000, p. 32) sugere esse ponto de vista:

Tenho visto professores indígenas discutirem durante anos a necessidade de reformas na escrita, a conveniência de alterações no alfabeto, buscando a fixação de uma ortografia unificada, auxiliados por assessorias lingüísticas. Essa discussão tem, para alguns grupos mais do que para outros, tomado muito tempo dos professores indígenas.

No trecho acima, sente-se uma preocupação com a perda de tempo implicada na preocupação com "detalhes de somenos importância": tempo que poderia ser empregue na formação e consolidação de uma tradição escrita é desperdiçado em discussões de detalhes ortográficos. Mas, como vimos no caso Bakairi, nem todos os problemas encontrados na definição de uma ortografia são pequenos detalhes. Os problemas internos do Bakairi Oriental (*m vs. n, nh vs. i, gu vs. g*) são, de fato, de menor importância, pois são basicamente maneiras alternativas, um pouco mais ou menos convenientes, de se representar o mesmo sistema de contrastes de pronúncia, e não seria justo gastar tempo em demasia na tentativa de se encontrar e impor a "melhor solução", tendo em vista o funcionalmento aceitável do sistema em vigor.

Já no caso do Bakairi Ocidental, lidamos com problemas de uma ordem de grandeza bem diferente. Neste caso, curiosamente, foi a ausência de assessoria técnica, a ausência de discussão e reflexão bem informada que levou a uma grande perda de tempo e recursos dos professores indígenas (desperdiçados na produção de materiais que não são, nem poderiam ser, utilizados). A solução dos problemas do Bakairi Ocidental é, para um lingüista bem treinado, bastante óbvia, e os seus resultados podem ser imediatamente

apreciados pelos falantes. É um fato que os Bakairi Ocidentais não sabiam o que fazer com a sua oclusão glotal (o som ?), e que eles simplesmente nunca tiveram contato com alguma pessoa com treinamento lingüístico suficiente para ser capaz de lhes sugerir uma solução tão simples quanto a de usar um apóstrofo para representá-lo, deixando-se de lado as tentativas de imitar ou adaptar a ortografia do Bakairi Oriental. Repita-se: foi a ausência, e não a presença, de assessoria lingüística competente que levou ao desperdício do tempo dos professores indígenas.

Nesse contexto, cabe perguntar-se que tipo de assessoria lingüística estaria envolvida nas discussões a que se refere Müller de Oliveira. Os assessores teriam feito uma análise competente da língua em questão, bem como de suas variantes dialetais (uma tarefa árdua e frequentemente longa, sobretudo em casos de menor contato com a sociedade envolvente)? As possíveis soluções ortográficas e suas conseqüências teriam sido consideradas com cuidado e explicadas em detalhe aos falantes, para que estes pudessem decidir? É possível que muito da perda de tempo que Müller de Oliveira lamenta se deva não à presença, mas à qualidade da assessoria lingüística, algo que, como em toda profissão, depende dos indivíduos envolvidos, de sua experiência, habilidade e dedicação. Existem, por exemplo, maus médicos, cujos "tratamentos" antes causam problemas de saúde ao invés de resolvê-los; mas ninguém deduziria desse fato que a assessoria médica é inútil em projetos na área de saúde indígena.

Müller de Oliveira também afirma (2000, p. 30):

[...] o desenvolvimento de uma tradição escrita não depende de haver uma formalização prévia da gramática, nem mesmo

de haver uma ortografia unificada, e muito menos de haver uma norma lingüística fortemente fixada.

Müller de Oliveira se refere, claro, à experiência ocidental. Afinal, ortografias unificadas surgiram muito depois, e não antes, do início e do estabelecimento de tradições literárias nas línguas européias.

Pode-se responder aqui, já de início, que, bem cedo, os usuários das versões escritas das línguas européias ressentiram-se da falta de unicidade das suas ortografias e gramáticas. Alguns propunham que as "intermináveis variações" das línguas vernáculas eram prova cabal da sua inferioridade frente ao latim, língua de ortografia e gramática bem padronizadas mesmo na Idade Média (veja-se Dante que, já no século XIV, defendia-se contra acusações dessa espécie no seu famoso tratado *De Vulgari Eloquentia*).

Um outro argumento é, como foi bem observado por Moore e Gabas (no prelo), que o fato de que a experiência européia passou por um certo número de fases não implica necessariamente que a experiência indígena também deva fazê-lo; afinal, já existe bastante conhecimento acumulado sobre sistemas ortográficos e seus usos, e seria uma grande inépcia não utilizá-lo, equivalente a propor-se que, no apoio à saúde indígena com métodos europeus, fossem usadas de preferência as práticas da Idade Média ao invés dos remédios mais recentes.

O erro de Müller de Oliveira aqui é supor que as soluções que os lingüistas poderiam propor não teriam nenhum efeito na tradição escrita emergente: qualquer sistema funcionaria, desde que sempre aplicado. Aqui, contudo, vemos que o caso Bakairi Ocidental oferece um bom argumento contrário a esta idéia. De fato, alguns dos Bakairi Ocidentais pareciam (como os contemporâneos de

Dante) achar que as dificuldades e as variações nas soluções "bricoladas" pelos professores locais mostravam que seria melhor escrever sempre em português. O Bakairi perdia prestígio como possível base de uma tradição escrita, a qual, possivelmente, nunca surgiria. Uma solução adequada, como a proposta pelo autor deste artigo, pode muito bem salvar essa tradição nascente, demonstrando que o Bakairi Ocidental também pode ser escrito "sem problemas" e "sem dúvidas constantes".

É claro que a situação de cada comunidade, de cada língua, é diferente e individual; o caso dos Bakairi Ocidentais é também, sem dúvida, influenciado pela familiaridade dos falantes com a língua portuguesa e sua norma escrita, a qual sugere que o Bakairi, sem uma norma comparável, e causando constantes "dúvidas" na hora da escrita, é inferior (nota-se aqui a semelhança com a situação da Europa de Dante, onde o latim desempenhava um papel similar ao do português no caso Bakairi). Em outros lugares, a situação seria diferente, e as forças e influências em jogo agiriam de forma diferente. Um lingüista hábil e bem treinado, além de suas qualidades profissionais (a capacidade de analisar línguas, dado o tempo necessário para isso, de modo a determinar as possíveis alternativas na resolução de problemas ligados à língua, como na ortografia, e explicá-las, junto com suas conseqüências, à comunidade, para que esta possa optar), deverá estar sempre atento para essas diferenças, de modo a poder prestar a sua assessoria da melhor maneira possível. Talvez o melhor termo de comparação para um lingüista em um projeto de desenvolvimento de ortografia e tradição escrita seja um técnico de informática no desenvolvimento e instalação de uma rede de computadores em uma empresa. Deve-se tomar cuidado na escolha do técnico: afinal, há bons e maus técnicos. Um bom

técnico resolte até mais problemas do que se esperava, enquanto que um mau técnico cria novos problemas onde estes não existiam. Um bom técnico tenta entender, tanto quanto possível, as necessidades dos usuários, cujos objetivos são, no fim das contas, a justificativa para a instalação da rede de computadores; um mau técnico tenta aplicar o sistema que lhe agrada mais, sem qualquer consideração pelas necessidades dos usuários e da empresa. A experiência com maus técnicos pode levar os usuários a pensar que seria melhor planejar e instalar, por si mesmos, a rede; mas quem quer que já tenha tentado entender os problemas que surgem em uma empreitada desta natureza sem ter tido experiência como técnico poderá dizer, sem dúvida, que a possibilidade de se criar problemas enormes e desnecessários é muito grande. No fim das contas, claramente, não compensa.

Nota

¹Doutor pela Universidade de Rice, em Houston, Texas, EUA.

Pesquisador do Departamento de Línguas e Culturas da América Indígena da Faculdade de Letras, Universidade de Leiden, na Holanda.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. *Os Bacaerys*. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, v.3, p. 209-228; v. 4, p. 43-50, p. 234-243, 1895.

LICCARDI, Millicent R.; CAMP, Elisabeth L *Kytanwem tâdâsenomedâdo kâintain-hoem. para nós lermos na nossa língua*. Cuiabá: SIL, 1993. (Cartilha de Transição de Português para Bakairi).

MOORE, Denny; GABAS JÚNIOR, Nilson. O futuro das línguas indígenas brasileiras. In: *Amazônia 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. (No prelo)

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O que quer a lingüística e o que se quer da lingüística - a delicada questão da assessoria lingüística no movimento indígena. *Cadernos CEDES*, 49. Campinas, v. 19, n. 49, p. 26-38, dez., 1999.

SANTOS, André. Et al. *Kurâ wâgâ agueim*. Cuiabá: Gráfica Defanti, 2002. F

STEINEN, Karl von den. Durch Central-Brasilien: *Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1886.

_____. *Die Bakairí-Sprache*. Leipzig: K. F. Koehler's Antiquarium, 1892.

_____. Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens: *Reiseschilderung und Ergebnisse der zweiten Schingú-Expedition 1887-1888*. Berlin: Geographische Verlagsbuchhandlung Dietrich Reimer, 1894.